

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Externato Capitão Santiago de Carvalho - Alpedrinha
Circulo: Castelo Branco
Sessão: Secundário

Projecto de Recomendação:

Exposição de motivos: (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

Defendemos a democracia na sua forma mais autêntica, válida, laica, promovendo-se a justiça, a igualdade e a liberdade não como ideais abstractos, mas efectivados. Consideramos que a comemoração do centenário da República deve ser, antes de mais, a reflexão sobre todas as mudanças empreendidas, mas fundamentalmente implicar uma renovação dos ideais republicanos, no sentido de uma melhor e maior aplicação prática dos mesmos. Sabemos que não há nenhuma forma de governo perfeita, nem a República o será, contudo, esta forma poderá contribuir, a nosso ver, para uma melhor concretização dos ideais que lhe estão subjacentes. Entendendo-se por democracia o direito dos povos de participar na determinação do seu desenvolvimento e do seu futuro, devem ser salvaguardados em todos os momentos a igualdade entre os cidadãos e a manifestação da sua vontade soberana. Consideramos que a evocação histórica dos acontecimentos que ocorreram em 1910 e a promoção da reflexão colectiva acerca da identidade nacional, os valores republicanos e o desenvolvimento e futuro das instituições políticas é indissociável do levantamento dos desafios que actualmente se têm colocado à nossa sociedade (nomeadamente nos campos da educação, saúde, desemprego, exclusão social, desigualdades regionais, envelhecimento da população, famílias pobres, entre outros). Concordamos, pois, que é necessária uma renovação da relação entre a República e os cidadãos, que deve passar por uma maior participação cívica destes nas questões políticas, não devendo assuntos que dizem respeito a todos ser discutidos e decididos internamente, dentro das paredes da Assembleia da República, como por exemplo, no caso do Tratado de Lisboa ou do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Enquanto cidadãos temos direito à transparência política para podermos expressar livremente os nossos pontos de vista. No que diz respeito às funções do Presidente

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

da República enquanto chefe de Estado, estas devem também ser repensadas no sentido de se atribuírem mais funções ao Presidente da República, não tendo apenas um mero papel de representação da nação. O direito de vetar uma lei, por exemplo, parece-nos insuficiente, pois o Presidente da República deveria poder vetar mais do que uma vez leis, devendo obviamente fundamentar o veto. Devia portanto possuir a competência não apenas de promulgar, mas também, juntamente com os órgãos do governo, legislar, chegando todos a um consenso que tenha como única finalidade o bem comum e não interesses partidários. (O que implicaria alterações na Constituição da República Portuguesa). O veto político é relativo, no caso de diplomas da Assembleia da República, isto é, enquanto o governo é "obrigado" a acatar o veto político, tendo de lhe introduzir alterações por exemplo, a Assembleia da República pode ultrapassar o veto político, ficando o Presidente da República obrigado a promulgar, no prazo de oito dias, dado existir uma maioria reforçada: a maioria absoluta dos deputados, ou a maioria de 2/3 dos deputados. Destacamos ainda algumas desigualdades que, na nossa perspectiva, podiam ser diluídas: as exageradas quantias de dinheiro gastas nos media e em campanhas publicitárias de candidatos a cargos políticos; certos privilégios que os agentes políticos detêm e que o cidadão comum não possui.

Medidas propostas: (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. Criação de um órgão com membros partidários e representantes das mais diversas áreas, tais como Educação, Economia, Ambiente, a fim de definir prioridades, em consenso, onde investir e usar devidamente as divisas do país e transmitir as mesmas (prioridades) aos órgãos efectivos do Governo.

2. "Devolver" o poder original que o Presidente da República possuía no início desta, com o objectivo de lhe devolver o poder de decisão a nível legislativo e não ter um papel meramente representativo ou simbólico, distribuindo-se assim melhor o poder no que toca à tomada de decisões políticas a nível nacional. Isto é, melhor distribuição de poderes pelos agentes políticos, de forma a encontrar-se um equilíbrio que vá de encontro aos interesses do povo.

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

3. O povo deve ser mais informado e sobretudo auscultado, intervindo activamente na tomada de decisões que lhe digam respeito, através de referendos, não apenas de alguns, mas de todos os que se considerem essenciais, manifestando assim a sua vontade.